

INTEIRO NO PEDAÇO: CORTIÇOS E ESPAÇO PÚBLICO NO BIXIGA

Larissa Nogueira Reis¹, Volia Regina Costa Kato²

1. Arquiteta e urbanista na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-UPM)
2. Pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, Mestre em Ciência Política pela USP (1983), Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Mackenzie (2012)

Resumo

Buscando habitar regiões com infraestruturas urbanas mais estruturadas, nas proximidades de oportunidades de emprego e equipamentos públicos de educação, saúde e lazer, muitas famílias de baixa renda optam pelo aluguel de quartos em cortiços na região central de São Paulo, entre elas o território do Bixiga. Os cortiços são reconhecidos pela insalubridade e condições degradantes de habitar. Em um espaço com condições tão precárias e que falta tanto aos indivíduos, as relações entre privado e público se confundem: seja pelo desconforto no ambiente físico ou pela busca de apoio e suporte, muitos dos moradores dos cortiços são impulsionados para a vivência do espaço público como forma de sociabilidade no cotidiano. O artigo propõe a reflexão sobre a relação entre o habitar em cortiços, como um espaço de condições degradantes, e o espaço público no cotidiano apoiando-se em cartografias técnicas e empíricas. A partir da perspectiva do pedaço de Magnani, espaço de intermédio entre a casa e a rua, são analisadas as práticas urbanas e as ocasiões de afeto e sociabilidade na cidade – a partir do foco das ruas Major Diogo, Rua Abolição e Rua São Domingos – como formas de acolhimento e apoio.

Palavras-chave: vulnerabilidade habitacional; afeto; espaço público

Apoio financeiro: PIBIC Mackpesquisa

Introdução

O desejo de habitar regiões com condições mais estruturadas de transporte e acessibilidade, com oportunidades de emprego, educação e espaços de lazer nas proximidades da moradia associado à falta de políticas e programas habitacionais efetivos torna o cortiço uma alternativa de moradia na área central para a população de baixa renda, incluindo migrantes. (KOWARICK, 2009) Os cortiços são reconhecidos como espaços de habitar precários e insalubres, coordenados por ilegalidades tanto em relação às condições físicas quanto às relações locatícias e trabalhistas (caseiros e prestadores de serviço).

Em um espaço condicionado pela falta de tanto aos indivíduos, as relações entre privado e público acabam se tornando fluídas: as condições do habitar impulsionam formas de territorialização na cidade e sociabilidade no espaço público, criando laços invisíveis àqueles que não são da região. O espaço público se transforma, então, em lugar de encontro e conexão, conflito e barreira: é onde se dão as relações de afeto, identidade e intimidade no território.

O território do Bixiga, que compreende o distrito da Bela Vista no centro de São Paulo, tem uma imagem característica muito estruturada na memória coletiva da cidade: é o espaço de lazer e cultura relacionado à cultura imigrante. A partir dessa perspectiva, as condições do habitar precário e a segregação social são envolvidas em penumbra, sendo disseminadas pela mídia quase como uma manifestação cultural folclórica do território (SCARLATO, 2011). Esta classificação não apenas mascara as relações de conflito existentes no território, como institui como identidade total do espaço um, entre muitos, contextos socioespaciais.

O Bixiga foi escolhido como recorte da pesquisa por ser uma área com alta densidade de cortiços e que se relaciona historicamente a espaços de exclusão e marginalização.

A pesquisa tem como objetivo o estudo das relações de sociabilidade e afeto no espaço público em associação às condições de precariedade habitacional no centro. O projeto tem como proposta a compreensão da dimensão sensível na cidade considerando o estudo das relações socioespaciais e como este parâmetro de pesquisa pode ser instrumento de projetos urbanos identitários e de reivindicação espacial por parte moradores do território.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de algumas etapas que se distinguem e se complementam através do estudo teórico da região e de conceitos à visita in locus e relatos de histórias de vidas. Do ponto de vista empírico foram delimitadas duas escalas de pesquisa: a macro e a micro.

Em um primeiro momento, foi realizada uma análise tendo em conta os levantamentos oficiais referentes aos equipamentos públicos existentes na região, centralidades e condições morfológicas da área de estudo a partir da delimitação territorial pré-definida no projeto de pesquisa.

Como técnica de investigação recorrente na primeira etapa de pesquisa também foram realizadas derivas na região. Derivar é caminhar para investigar, deixando-se levar pelos convites (ou pela curiosidade)

que a paisagem e a vida cotidiana nos manifestam. A teoria da Deriva, de Guy Debord, consiste na análise do lugar urbano baseada nas situações de usos que ele abriga, uma reflexão que vai mais além da configuração física do lugar (DEBORD apud JACQUES, 2003). É a partir da deriva que podemos entender o espaço através de outras escalas e, assim, apreender situações afetivas e sensíveis no espaço.

Expressadas em cartografias, as derivas gerais conduziram à seleção de três ruas para análise específica: a Rua Major Diogo, a Rua Abolição e a Rua São Domingos. Compondo uma segunda etapa da pesquisa, estas ruas foram definidas como enfoque por serem conectadas fisicamente – possuem quadras em comum – e por, como sistema, possuírem uma grande concentração de cortiços. Como uma segunda etapa, a partir da definição deste recorte foram realizadas derivas específicas que resultaram também em cartografias. Considerando a dimensão daqueles que vivenciam o território em seu cotidiano, estes estudos consideraram, além da observação, relatos informais de moradores da região, sempre zelando pelo anonimato e integridade dos direitos dos interlocutores.

A terceira etapa da pesquisa, em período de quarentena em São Paulo, consistiu na análise das descobertas de pesquisa, relacionando os dados quantitativos levantados no início da pesquisa às respostas qualitativas recebidas a partir da investigação in locus.

Durante toda a pesquisa, como processo simultâneo e recorrente, ampliaram-se as referências teóricas relativas ao habitar comunitário, cortiços e o espaço público e as relações desenvolvidas neste, abrindo um campo de novos autores e ideias que foram estudadas. Foram consideradas também produções dos coletivos estudados publicadas em redes sociais e sites.

A última etapa da pesquisa foi composta pelo desenvolvimento deste artigo contendo análises e reflexões sobre o habitar compartilhado e o espaço público e as sensibilidades e afetos refletidas neles, a compreensão de como a teoria se reflete na experiência empírica.

Resultados e Discussão

A pesquisa trouxe descobertas em duas grandes direções: **a importância das calçadas** como espaço público referencial de sociabilidade e atos e a atuação coletiva de moradores na **conquista de um espaço público** cujas apropriações já se tornaram institucionalizadas – o Larginho da Maria José. Estas descobertas empíricas ocorreram de modo concomitante à realização de leituras teóricas que ampliaram os horizontes reflexivos convergentes sobre o objeto de investigação.

Magnani (1998) define a ideia de pedaço, um núcleo territorial local sem delimitação precisa que diz respeito ao “espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1998. p. 116). É neste que são estabelecidas algumas relações importantes no âmbito do cotidiano e, assim, onde se concretizam encontros e barreiras, interseções e disjunções, identidade e conflito. Desde a própria rua a outros espaços de permanência projetados ou não, o pedaço é um espaço de referência identitárias de determinados grupos sociais onde, a cada encontro, se reafirmam laços afetivos. O pedaço – que é composto pela dimensão pública – é onde se potencializam as relações humanas e, assim, é simultaneamente produto e processo espacial.

Para Certeau (1998), o caminho dos pedestres forma “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, sem um espaço físico concreto. Aqueles que estão na rua, seja caminhando de um lugar a outro, seja caminhando em deriva ou vivenciando o pedaço, atualizam e inventam novas espacialidades dentro da malha urbana já desenhada. As variações e improvisações na caminhada privilegiam, alteram ou subutilizam elementos espaciais, criando novas práticas e espacialidades urbanas. Entendo que a cidade desenha mapas rítmicos a partir da história, da cultura e do espaço físico e é também, simultaneamente, desenhada a partir desses mapas invisíveis construídos na dimensão do cotidiano.

As calçadas

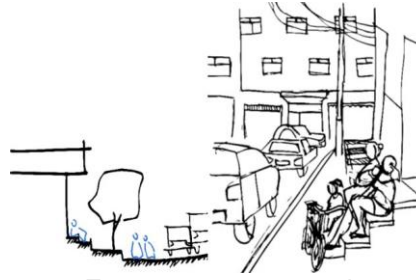
No cotidiano, as pessoas reinventam as calçadas, trazendo diferentes ritmos associados às características morfológicas na região, ao desenho espacial e à cultura local. Entre as diversas derivas realizadas no território de estudo, foi escolhida uma para reflexão a partir de narrativa cartográfica.

“Saí da estação república. Ainda não sabia o caminho de cor: apesar de conhecer a região, nunca tinha ido a pé. Dessa vez segui o aplicativo no celular. Fui pela São Luís e fui caminhando até encontrar a 9 de Julho, lá virei na Praça General Craveiro Lopes e cheguei na Rua Abolição.

A Rua Abolição tem muitas pensões – assim, chamadas pelos moradores, mas muitas vezes caracterizadas como cortiços. Em muitas portas havia anúncios de quartos livres, alguns só para homens, outros para mulheres, alguns familiares. Alguns diziam ter banheiros próprios para o quarto, outros compartilhados. A Rua Abolição tem calçadas muito estreitas e uma ciclofaixa. Neste dia, não vi nenhuma bicicleta andando pela ciclofaixa, mas muitas pessoas: a ciclofaixa virou uma extensão da calçada.

Na Rua Abolição e nas ruas perpendiculares e paralelas a ela, pelas quais caminhei, vi muitas pessoas sentadas nos degraus das portas das casas e dos estabelecimentos em frente. Essa é uma característica morfológica da região: muitas das casas tem um ou dois degraus à frente do edifício e as lojas não têm vitrine e são abertas direto para a rua (Figura 1).

Figura 1: Croqui da morfologias das ruas em corte.



Fonte: acervo pessoal

Para Aldo Van Eyck (1968), a soleira é um espaço de transição: um intermediário entre a rua e a casa. Para ele, a porta é o lugar da ocasião, onde se constroem situações.

O espaço não tem espaço, o tempo não tem um momento para nós. Estamos excluídos. Para sermos incluídos - para ajudar o nosso regresso a casa - temos de ser reunidos no seu significado. (somos o sujeito, bem como o objeto da arquitetura). Seja qual for o significado de espaço e tempo, lugar e ocasião significam mais. Porque espaço na nossa imagem é lugar, e tempo na nossa imagem é ocasião. (Van Eyck, 1962, 20-23, tradução nossa)

Nessa deriva, entendi que a morfologia da região também compõe o patrimônio imaterial do cotidiano porque é reinventada pelas pessoas.”

Conquista de um espaço público

Se através da calçada foram identificadas ocasiões cotidianas de parada e sociabilidade na cidade, os espaços públicos conquistados pela população local representam um lugar no espaço, apropriando-se dos conceitos atribuídos por Van Eyck (1962). São os pontos de referência identitária e locais de encontro, se assumindo também como partes na ideia de pedaço de Magnani.

Circunscritos a situações de desconforto físico espacial e desconforto psíquico - no sentido em que muitos moradores de cortiços relatam sentir vergonha ou humilhação pela situação em que se encontram – e em certas situações somados ao sentimento de desenraizamento vivenciado pela população migrante, a população encortificada busca formas de acolhimento na cidade, buscando estabelecer vínculos de sociabilidade básica como forma de apoio.

O pedaço, mediando casa e rua, se torna, então, palco para o desenvolvimento de novas relações sociais como um espaço acolhedor e de reconhecimento. A partir dele, novos significados coletivos são inventados, propondo novas interpretações sob a vida na cidade. Conforme a análise de Eder Sader (1988), os movimentos sociais se originam nos anos 70 justamente nesses espaços de cotidiano, onde a retórica dominante é reinterpretada pela semântica dos dominados. Assim, é como consequência dessas novas ideias de vida, das novas trocas consolidadas no pedaço que surgem os movimentos sociais – o sujeito coletivo. O pedaço em processo síncrono constrói e é construído.

Assim, o sujeito coletivo, colocando em prática ideias para a vida, – invenções coletivas – repercute também a instância síncrona percebida no estudo do pedaço. Conforme Kastrup (2008), no processo de invenção, o sujeito não se pressupõe como fonte, mas também como um de seus produtos, sendo o outro o mundo. Ou seja, ao mesmo tempo em que o sujeito coletivo inventa, ele também se desenvolve e se modifica. O espaço, o tempo e o sujeito, em processo contínuo de transformação, formam a identidade do espaço, impulsionando relações de afeto e sensibilidade.

Através de conversas informais com moradores da região, alguns coletivos que atuam no território foram identificados. É por meio da atuação desses sujeitos que a população conquistou espaços para uso coletivo de lazer, convivência e sociabilidade. São esses espaços-lugares que também desenham a história da região expressando significado à comunidade.

O larguinho da Maria José é oficialmente uma rua de lazer desde o dia 28 de julho de 2019 e representa uma conquista social dos moradores. O larguinho acontece a partir do cruzamento da rua Maria José com a Rua Conselheiro Carrão, nas proximidades da EMEF Celso Leite Ribeiro Filho, da EMEI Ângelo Martino e da UBS Humaitá. Aos domingos e feriados, das 10h às 16h, a rua se abre para as pessoas e acontecem oficinas, exercícios para a terceira idade, atividades junto à UBS do bairro e projeção de filmes. A rua recebeu, inclusive, o “Prêmio de Boas Práticas” no VI Encontro Municipal de ruas de lazer de São Paulo.

A ideia de tornar o Larguinho uma rua de lazer surgiu de um grupo de moradores do bairro que costumava jogar futebol na rua Maria José: mesmo interrompido pelo tráfego de carros, o jogo continuava.

O grupo se conhecia desde a infância e continuou com o costume até a vida adulta. Conforme relato de um dos organizadores, mais ou menos a partir de 1995, o campeonato de futebol entre as escolas da região foi informalmente estendido para a rua Maria José. A rua passou a ser um ponto de encontro entre as crianças e adolescentes da região que jogavam futebol.

O projeto de transformar a rua Maria José em rua de lazer foi iniciado em meados de 2010, mas foi interrompido devido a conflitos entre os próprios moradores do território relacionados às atividades que aconteceriam durante o período de abertura da rua para as pessoas. Mesmo assim, a ideia serviu como impulso para a organização de eventos na rua: entrega de ovos de páscoa, festa junina, festa de dia das crianças, etc. A partir daí, passaram a ser feitas algumas parcerias e mais pessoas se envolveram no projeto

de criação da rua de lazer. Foi feito um abaixo-assinado, e o processo foi encaminhado para a prefeitura, sendo aprovado.

Durante o processo de idealização da rua de lazer, foi formada a Comunidade Maria José, representação do coletivo que organiza o processo das atividades da rua. O coletivo recebeu diversas doações de parceiros do bairro e organizou vaquinhas coletivas, conseguindo organizar para a rua um complexo esportivo com materiais para atividades como vôlei, futebol, badminton, ping-pong, xadrez, jogo de botão, etc. Além disso, a rua recebeu também um kit da prefeitura com alguns materiais para utilização na rua. Muitos coletivos da região se uniram ao projeto da rua de lazer e contribuem ativamente para elaboração dos dias de abertura da rua, de eventos especiais e atividades. Outra atividade interessante que acontece no Larguinho são as projeções do Coletivo Cinequebrada nos muros da rua. A partir de projetos audiovisuais, o coletivo reúne os moradores da região para exibição de filmes e promove a discussão a partir de uma perspectiva afetiva no pedaço, potencializando sociabilidades e inventando coletivamente novas apropriações no espaço coletivo e, como consequência, de maneiras de pensar a cidade.

O Larguinho da Maria José, conquista de um espaço público das pessoas para as pessoas, é uma ruptura positiva no cotidiano, espaço que se desenvolve, acolhe e sensibiliza. Os momentos em que a rua se abre para as pessoas representam sociabilidade na cidade, contendo dimensões de imprevisibilidade a partir do tempo efêmero: estimula acontecimentos. Ao mesmo tempo em que permite o aprofundamento de relações pré-existentes, também conduz a um contato mais diversificado com os moradores da região. “Hoje em dia a gente consegue entender mais quem é nosso vizinho, falar com nossos vizinhos.” relatou Bibó, participante do projeto, em vídeo comemorativo de um ano da rua de lazer (Cinequebrada, 2020).

Conclusões

Henri Lefebvre (2001) reconhece o direito à cidade como o direito à vida urbana, aos lugares de encontro, à festa e aos diferentes ritmos e espacialidades desenhados na metrópole. David Harvey (2009) propõe que um dos mais importantes direitos humanos é a liberdade de inventarmos as nossas cidades e a nós mesmos.

Com resultado da pesquisa, diante de condições degradantes vivenciadas nos cortiços no Bixiga, as pessoas buscam na rua formas de acolhimento. É no cotidiano e no espaço do pedaço, entre a rua e a casa, que se estabelecem relações de apoio e afeto. Seja na conversa na calçada, seja nos encontros dos coletivos, seja na rua de lazer aberta às pessoas no final de semana, as relações desenvolvidas entre as pessoas resultam em uma nova experiência de cidade. Essa nova proposta de cidade é, ao mesmo tempo que construída pelas dinâmicas do cotidiano, construtora das pessoas que a vivenciam. Conforme Certeau (1988), o cotidiano é um espaço de possibilidades.

O olhar ao pedaço na cidade evidencia a potência dos elementos urbanísticos e arquitetônicos em relação às invenções dos sujeitos no cotidiano, ao mesmo tempo que demonstra certa discrepância relativa às propostas urbanas e aos usos estabelecidos pela população. O pensar arquitetônico e urbanístico, antes da concepção do projeto como obra isolada, deve considerar os pedaços existentes, nas dinâmicas pré-existentes e nas possíveis, nas formas de acolhimento. Não apenas como uma maneira de concepção de projeto, mas também como uma forma de reconhecer, perceber e exercer o direito à cidade.

Em espaços de segregação, desenraizamento e condições de precariedade e humilhação tão particulares, a articulação entre as pessoas no cotidiano e a criação de processos identitários representa uma possibilidade de reinvenção. O espaço público ganha conotação de casa. É uma oportunidade para que o sujeito se reconheça como parte de um todo. E, como parte, construir-se como todo: inteiro no pedaço.

Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel. (1998), *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes. 3ª Edição.
- CINEQUEBRADA. Vídeo 1 ano de Rua de Lazer. São Paulo, 20 ago. 2020. Facebook: cinequebradaby. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=3273068272917705&extid=7fCEE24B6AxPZ3Dw>. Acesso em: 11 set. 2020.
- HARVEY, D.; ALFREDO, A.; SCHOR, T.; BOECHAT, C. A LIBERDADE DA CIDADE. *GEOSP Espaço e Tempo* (Online), v. 13, n. 2, p. 09-18, 30 dez. 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74124/77766>>. Acesso em: 01 set. 2020.
- JACQUES, Paola Berenstein. Breve histórico da Internacional Situacionista – IS. *Arquitextos*, São Paulo, ano 03, n. 035.05, Vitruvius, abr. 2003 < <https://www.vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/03.035/696>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- KASTRUP, Virgínia. Simpósio 3 — estratégias de resistência e criação. Competência ética e estratégias de resistência. In GUARESCHI, N., org. *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 120-130.
- KOWARICK, Lucio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001..
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP / Editora Hucitec, 1998. 168 p.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1ª edição.
- SCARLATO, Francisco. *ESTRUTURA E SOBREVIVÊNCIA DOS CORTIÇOS NO BAIRRO BEXIGA*. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 9, p. 117-127, 7 nov. 2011.
- VAN EYCK, Aldo. “Otterlo Meeting”. In: SMITHSON, Alison (Ed.). *Team 10 primer*. Londres: Studio Vista, 1968.
- VAN EYCK, Aldo. For Us. About place and occasion, the inbetween realm and labyrinthian clarity. 1962. P. 20-23. Disponível em: < <http://www.artefacts.co.z a/main/Buildings/articles.php?artid=1863> > Acesso em: 07.jun.2020.